

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 5 – Política e Economia da Informação

ACESSO À INFORMAÇÃO COMO DIREITO E POLÍTICA PÚBLICA: TECNOLOGIA ASSISTIVA, INCLUSÃO E DEMOCRACIA INFORMACIONAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

ACCESS TO INFORMATION AS A RIGHT AND PUBLIC POLICY: ASSISTIVE TECHNOLOGY, INCLUSION, AND INFORMATIONAL DEMOCRACY IN THE PUBLIC UNIVERSITY

Fabio Massanti Medina – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Luiz Carlos da Silva - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: este artigo analisa as relações entre políticas de acessibilidade, democracia informacional e a economia política da informação no contexto universitário brasileiro. Parte-se da experiência empírica da Universidade Federal do Espírito Santo, com foco nas práticas de acessibilidade informacional implementadas pela Biblioteca Central por meio do Laboratório de Acessibilidade Informacional e Inclusão. A partir de uma abordagem qualitativa, com uso de grupos focais com estudantes com deficiência, o estudo discute os limites e potencialidades das políticas de informação voltadas à inclusão, evidenciando tensões entre normatização legal, prática institucional e desigualdade de acesso. O trabalho está fundamentado em autores da economia política da informação, dos estudos críticos da informação e da teoria da justiça informacional. Conclui-se que o direito à informação é um aspecto essencial da democracia cognitiva da universidade, devendo ser garantido por meio de políticas estruturadas e intersetoriais de acessibilidade.

Palavras-chave: política da informação; acessibilidade; tecnologia assistiva; economia política da informação; universidade pública.

Abstract: this article analyzes the relationships between accessibility policies, informational democracy, and the political economy of information within the Brazilian university context. It draws on the empirical experience of the Federal University of Espírito Santo, focusing on informational accessibility practices implemented by the Central Library through the Laboratory of Informational Accessibility and Inclusion. Using a qualitative approach, based on focus groups with students with disabilities, the study discusses the limitations and potential of information policies aimed at inclusion, highlighting tensions between legal regulations, institutional practice, and unequal access. The work is grounded in authors from the political economy of information, critical information studies, and the theory of informational justice. It concludes that the right to information is an essential aspect of the university's cognitive democracy and should be ensured through structured and intersectoral accessibility policies.

Keywords: information policy; accessibility; assistive technology; political economy of information; public university.

1 INTRODUÇÃO

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

No contexto contemporâneo, marcado pela aceleração tecnológica e pela intensificação das desigualdades socioterritoriais, o acesso à informação tornou-se um fator estruturante das relações sociais, políticas e econômicas. Contudo, essa distribuição não ocorre de maneira equitativa, especialmente quanto às pessoas com deficiência, que enfrentam múltiplas barreiras, sejam físicas, digitais, comunicacionais e atitudinais, para exercer plenamente seus direitos (Sasaki, 2010).

Essas barreiras são reflexo de uma sociedade historicamente excludente, o que exige transformações estruturais orientadas pelo modelo social da deficiência, como propõe a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015). No âmbito informacional, a acessibilidade precisa ser compreendida como uma prática social atravessada por relações de poder, desigualdades estruturais e processos de exclusão que produzem e reforçam vulnerabilidades, exigindo uma abordagem crítica comprometida com a justiça social e com o protagonismo das pessoas com deficiência no acesso, uso e produção da informação (Righetto, 2025). A esse desafio soma-se a reorganização das temporalidades sociais, imposta pela modernidade, que aprofunda as exclusões daquelas cujas vivências escapam às lógicas hegemônicas de produtividade (Aderaldo; Aquino; Severiano, 2020).

A formulação de políticas de acessibilidade informacional nas universidades públicas precisa estar articulada às políticas públicas de informação e aos marcos legais que asseguram a equidade no acesso ao conhecimento. Conforme Ferreira *et al.* (2025), não se trata apenas de garantir infraestrutura, mas de estruturar serviços que promovam autonomia e dignidade às pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, as bibliotecas universitárias assumem papel estratégico ao promoverem a cidadania informacional.

Embora os avanços em tecnologias assistivas tenham ampliado a inserção de pessoas com deficiência visual, ainda persistem obstáculos quanto à funcionalidade, integração e diversidade desses recursos (Bruno; Nascimento, 2019). A dependência de iniciativas pontuais ou da “boa vontade” de setores específicos fragiliza a democracia informacional nas universidades (Ferreira *et al.*, 2025).

É nesse entrecruzamento entre políticas públicas educacionais, economia política da informação e direitos das pessoas com deficiência que se insere este artigo. A partir da experiência vivenciada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), busca-se compreender como as políticas de acessibilidade informacional podem atuar como instrumentos de democratização do conhecimento, justiça social e afirmação da democracia

informativa no ensino superior público. Especificamente, o estudo tem como objetivo analisar os limites e as potencialidades das práticas de acessibilidade informativa desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Acessibilidade Informativa e Inclusão (LAI) da Biblioteca Central da UFES (SIB/UFES), compreendendo seu papel na promoção do acesso à informação por estudantes com deficiência e sua contribuição para a consolidação de uma universidade pública mais inclusiva e equitativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das políticas de acessibilidade como parte das políticas públicas de informação pode ser sustentada pela perspectiva crítica do regime de informação, na medida em que a informação é entendida como elemento estruturante das relações sociais e, portanto, atravessada por disputas, instabilidades e formas de poder que operam por meio dos próprios sistemas e redes informativas (Bezerra, 2023). Nessa direção, a acessibilidade à informação não pode ser reduzida a um recurso técnico ou a uma adaptação individualizada, pois integra um regime informativo que define sujeitos, regras, autoridades e meios preferenciais de organização e circulação da informação, impactando diretamente quem participa, em que condições participa e como se exerce a cidadania em determinado contexto histórico-social

A discussão sobre justiça informativa é central para este estudo. Capurro e Hjørland (2007) argumentam que a informação não pode ser compreendida como um dado neutro ou meramente técnico, uma vez que seu significado é construído em contextos sociais, históricos e culturais específicos. Para os autores, a informação adquire sentido nas práticas sociais e nos domínios de conhecimento em que é produzida, organizada e utilizada, estando vinculada a valores e interesses que orientam sua legitimação e circulação. Essa compreensão permite reconhecer que as desigualdades no acesso, na produção e no reconhecimento da informação não são acidentais, mas resultam de estruturas sociais que definem quais saberes são considerados válidos e quais são marginalizados, convergindo com a crítica de Santos (2010) ao epistemicídio.

Os estudos de Ferreira *et al.* (2025) apontam que a falta de normatização e de políticas estruturadas nas bibliotecas universitárias é um dos principais entraves para a consolidação da acessibilidade como valor institucional. A experiência do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SISTEBIB/UFAM) revela que, embora haja previsão legal,

a implementação efetiva da acessibilidade à informação depende de decisões administrativas, planejamento de investimentos e formação continuada dos servidores.

Bruno e Nascimento (2019) reforçam que, embora as tecnologias assistivas estejam previstas em políticas nacionais, como o Decreto nº 7.611/2011 e o Programa Livro Acessível, o acesso real a esses recursos ainda é desigual e limitado. Os autores destacam que, para pessoas com deficiência visual, a funcionalidade dos recursos está diretamente relacionada à forma como eles são incorporados às rotinas escolares e à sua disponibilidade em ambientes reais de ensino e aprendizagem.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece que o Atendimento Educacional Especializado deve articular-se ao ensino comum e prover recursos que eliminem barreiras à participação plena. No entanto, como aponta a dissertação de Medina (2025), mesmo com a existência de equipamentos como leitores de tela, impressoras braille e computadores adaptados, a ausência de uma política sistêmica impede o pleno uso desses dispositivos no contexto universitário.

Além disso, o arcabouço legal brasileiro contempla instrumentos normativos que reforçam o direito à acessibilidade educacional. O Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 2004), ao regulamentar as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, aplicando-se também ao ambiente universitário. A Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016), por sua vez, amplia as ações afirmativas ao prever a reserva de vagas para pessoas com deficiência no acesso ao ensino superior nas instituições federais, fortalecendo o compromisso com a inclusão desde o ingresso até a permanência acadêmica.

A acessibilidade, embora formalmente assegurada por marcos legais e por um conjunto de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, ainda enfrenta entraves significativos para sua efetiva institucionalização nas universidades públicas. Conforme evidenciado pela literatura analisada, observa-se uma dissociação recorrente entre a normatização das políticas de acesso e permanência e sua concretização no cotidiano universitário, o que resulta na manutenção de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, informacionais e atitudinais que dificultam a participação plena dos estudantes com deficiência (Dias *et al.*, 2024). Os estudos indicam que, apesar da existência de diretrizes nacionais e iniciativas institucionais pontuais, muitas universidades carecem de políticas estruturadas, integradas e contínuas de acessibilidade, fazendo com que as ações inclusivas

se apresentem de forma fragmentada, frequentemente dependentes de iniciativas isoladas de setores ou indivíduos. Esse cenário revela que a acessibilidade permanece, em grande medida, restrita ao plano discursivo e normativo, sem se traduzir de maneira sistemática em práticas pedagógicas, intersetoriais e estruturais capazes de garantir, de forma equitativa, o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico das pessoas com deficiência no ensino superior.

Do ponto de vista técnico-pedagógico, o desenvolvimento de soluções assistivas no ambiente universitário requer não apenas inovação tecnológica, mas também o compromisso institucional com a inclusão e a participação ativa dos estudantes com deficiência no planejamento dos recursos. Como apontam Brugnera *et al.* (2025), a promoção da acessibilidade no ensino superior depende da articulação entre infraestrutura adequada, práticas pedagógicas acessíveis e políticas institucionais bem estruturadas. Os autores destacam que, embora os núcleos de acessibilidade tenham papel relevante, sua atuação ainda é comprometida por limitações orçamentárias, ausência de padronização e escassez de formação docente nesta temática em especial. Assim, a integração entre os diversos setores administrativos e pedagógicos é condição fundamental para garantir ambientes realmente acessíveis e inclusivos.

A compreensão de que a acessibilidade informacional é um direito político e social exige sua efetivação por meio da institucionalização de regimes informacionais democráticos e inclusivos, conectando os fundamentos da teoria crítica da informação às práticas de gestão universitária. Essa abordagem é sustentada por autores como Santos (2024), que defendem que o acesso à informação pelas pessoas com deficiência não deve se restringir ao fornecimento de recursos técnicos, mas se consolidar como uma dimensão dos direitos humanos, integrando políticas de inclusão, participação e cidadania no ambiente acadêmico.

3 METODOLOGIA

A pesquisa insere-se no campo da abordagem qualitativa, de caráter exploratório, ancorando-se em um estudo de caso institucional com foco na UFES. O estudo de caso, conforme Yin (2016) enquanto estratégia metodológica, possibilita a compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos em contextos específicos, permitindo a análise das práticas de acessibilidade informacional sob múltiplas perspectivas.

Os dados empíricos foram coletados por meio da realização de grupos focais, conduzidos com sujeitos pertencentes ao segmento da comunidade universitária

representada por estudantes com deficiência atendidos pela Biblioteca Central no LAlI. A escolha desse público justifica-se pelo fato de serem potenciais usuários do LAlI ou dos serviços por ele prestados, o que lhes confere experiência direta ou expectativa de uso das tecnologias e recursos de acessibilidade informacional disponíveis. No contexto da pesquisa, os estudantes selecionados foram reunidos em sessões presenciais de aproximadamente 40 a 50 minutos, nas quais puderam compartilhar percepções, vivências e sugestões relacionadas ao acesso e uso dos serviços ofertados pelo laboratório.

Os roteiros utilizados foram elaborados com base em eixos temáticos relacionados às práticas de inclusão informacional, à utilização de tecnologias assistivas, à percepção sobre barreiras institucionais e à participação ativa dos usuários nos processos decisórios. Os encontros foram gravados mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, posteriormente, transcritos para análise.

A análise dos dados, de acordo com Bardin (2011) foi conduzida por meio da técnica de análise temática de conteúdo, com o objetivo de identificar padrões de sentido e categorias emergentes nos discursos dos participantes. Essa abordagem permitiu captar elementos subjetivos e institucionais relacionados à acessibilidade informacional, valorizando as experiências dos sujeitos envolvidos.

Como estratégia analítica, adotou-se a triangulação metodológica, compreendida como um desenho de pesquisa qualitativa que articula diferentes fontes, técnicas e perspectivas analíticas com o objetivo de apreender o fenômeno investigado em sua complexidade e fortalecer o rigor científico do estudo. Conforme discutem Santos, Santos e Silva (2020), a triangulação possibilita o confronto sistemático entre distintos conjuntos de dados, permitindo a complementaridade das evidências, a identificação de convergências e divergências e a mitigação de vieses decorrentes do uso de uma única abordagem metodológica. Nesse sentido, a pesquisa integrou dados empíricos produzidos por meio de grupos focais com fontes documentais institucionais, como normas internas da UFES, registros do SIB/UFES, relatórios do LAlI e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente, possibilitando a análise comparativa entre os discursos dos participantes e as diretrizes formais da universidade. Essa articulação contribuiu para a validação interna dos achados e para o fortalecimento da consistência interpretativa da pesquisa.

A justificativa para a utilização da abordagem qualitativa fundamenta-se na premissa de que os significados construídos pelos sujeitos sociais são essenciais para a compreensão dos processos de exclusão e inclusão no âmbito informacional (Minayo, 2012). Ao considerar a subjetividade, a experiência e a fala dos participantes como elementos centrais da investigação, a metodologia adotada contribui para revelar contradições, lacunas e potencialidades das políticas institucionais de acessibilidade.

A pesquisa seguiu todos os preceitos éticos previstos para estudos com seres humanos, assegurando anonimato, voluntariedade e respeito à dignidade das pessoas participantes. A proposta foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisada UFES, CAAE: 83509524.4.0000.5542, Parecer nº 7.407.817.

4 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL COMO EXPRESSÃO DE DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

As informações sobre os estudantes com deficiência matriculados na UFES em 2024 foram divulgadas em 3 de dezembro de 2024, por ocasião do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. A matéria, publicada no portal institucional da UFES, apresentou dados atualizados sobre a inclusão e acessibilidade na universidade. Segundo a publicação, a UFES contava com 522 estudantes com deficiência, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1 - Estudante com deficiência matriculados

Deficiência	Quantidade	Percentual (%)
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	168	32.18%
Deficiência física	140	26.82%
Visão monocular ou baixa visão	41	24.71%
deficiência auditiva	35	7.85%
Surdez total	9	1.72%

Fonte: Ufes, elaborado pelos autores (2024)¹

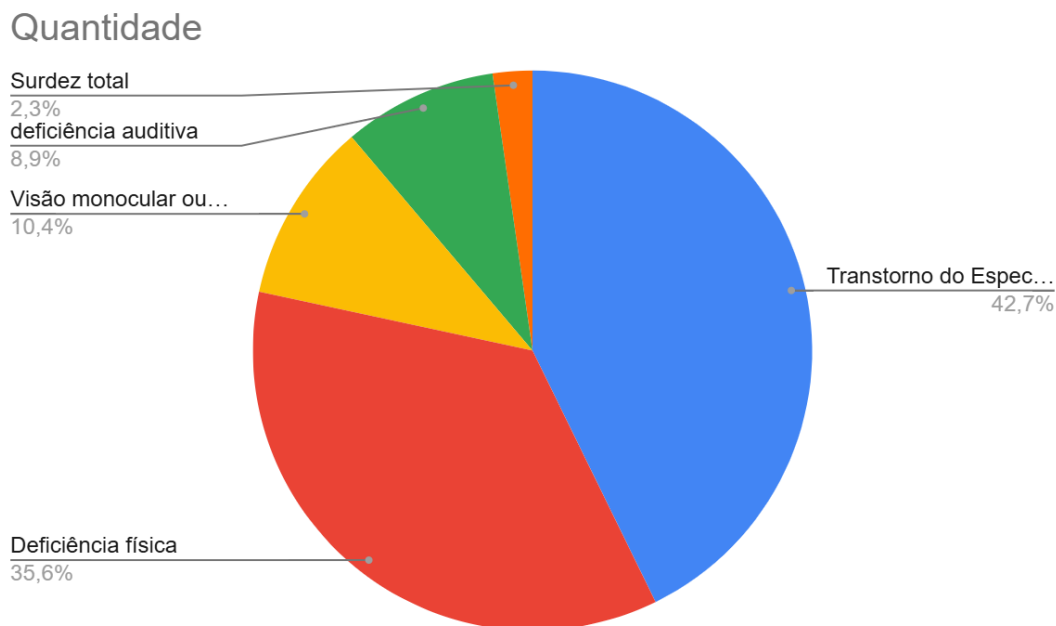
A Tabela 1 apresenta a distribuição dos estudantes com deficiência matriculados na UFES em 2024, destacando a diversidade de perfis que compõem esse grupo. Essa variedade, que inclui estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência física, visão monocular ou baixa visão, deficiência auditiva e surdez total, torna evidente a necessidade de

¹ Disponível em: <https://ufes.br/conteudo/dia-internacional-da-pessoa-com-deficiencia-ufes-avanca-na-construcao-de-uma-politica-de>

políticas de acessibilidade informacional que dialoguem com as demandas específicas de cada público.

O Gráfico 1 traduz esses números em uma representação visual, permitindo identificar quais grupos concentram o maior número de estudantes e compreender a proporção entre eles. Essa visualização facilita a análise e reforça o papel estratégico de investimentos direcionados à inclusão e acessibilidade.

Gráfico 1 – Percentual de estudante com deficiência matriculados



Fonte: Ufes, elaborado pelos autores (2024)

Dentro dessa perspectiva, apenas 8 utilizam regularmente o LAII, o que corresponde a aproximadamente 1,53% do universo mapeado. Essa baixa adesão levanta questões relevantes sobre a efetividade das estratégias de acolhimento e da divulgação dos serviços disponíveis. Segundo relatos da equipe do laboratório, convites são enviados semestralmente a todos os estudantes cadastrados na Secretaria de Acessibilidade Acadêmica (SIAC), por e-mail, telefone ou mensagem, convidando-os a conhecerem o espaço. Contudo, muitos não respondem ou não demonstram interesse, e há casos em que o estudante visita o local, mas não dá continuidade ao uso.

O atendimento atualmente concentra-se em estudantes com deficiência visual, oferecendo recursos como leitores digitais, lupas eletrônicas, softwares com leitura de tela, scanners com voz e ferramentas para conversão de materiais para formatos acessíveis como braille, áudio e Daisy. Ainda assim, o processo enfrenta limitações, como a baixa qualidade

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

dos documentos enviados por docentes e a ausência de bibliografia adequada, o que compromete a eficácia da adaptação textual.

Dentre os 8 usuários frequentes, 6 apresentam deficiência visual (baixa visão) e 2 apresentam deficiência física. Esses estudantes estão distribuídos nos seguintes centros de ensino: 4 no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), 2 no Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), 1 no Centro de Educação (CE) e 1 no Centro de Artes (CAR).

Quadro 1 – Distribuição dos estudantes com deficiência atendidos no LAII

Sexo	Deficiência	Curso	Centro de Ensino
Feminino	Deficiência Visual	Curso	CAR
Feminino	Deficiência Visual	História	CCHN
Masculino	Deficiência Visual	História	CCHN
Feminino	Deficiência Visual	Administração	CCJE
Masculino	Deficiência Visual	Ciências Econômicas	CCJE
Masculino	Deficiência Visual	Serviço Social	CCJE
Feminino	Deficiência Física	Serviço Social	CCJE
Masculino	Deficiência Física	Pedagogia	CE

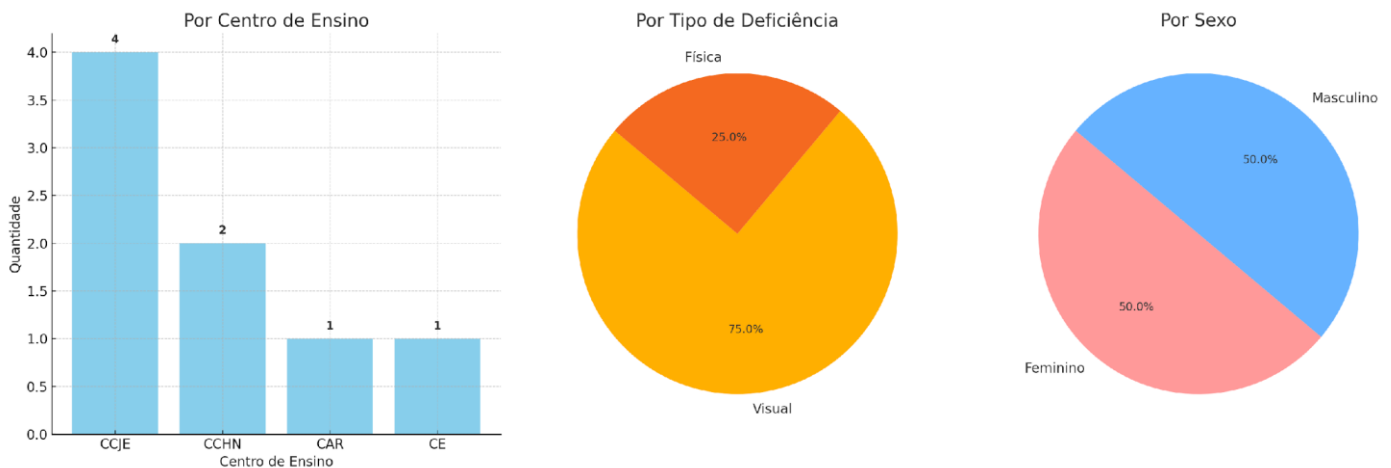
Fonte: LAII, elaborado pelos autores, 2024.

A partir dos dados do Quadro 1, é possível observar que os estudantes com deficiência atendidos pelo LAII apresentam diversidade tanto no perfil acadêmico quanto nas características individuais, abrangendo diferentes centros de ensino, tipos de deficiência e distribuição por sexo. Para facilitar a interpretação e oferecer uma visão integrada dessas variáveis, o Gráfico 2 condensa as informações do quadro, organizando-as em três perspectivas complementares:

- a distribuição dos atendimentos por Centro de Ensino, permitindo identificar quais unidades concentram maior demanda;
- a proporção de usuários por tipo de deficiência, evidenciando o predomínio da deficiência visual entre os atendidos;
- a divisão por sexo, que mostra o equilíbrio relativo entre estudantes do sexo feminino e masculino.

Essa representação gráfica não apenas sintetiza o panorama dos usuários do LAII, mas também auxilia na visualização de padrões e tendências que podem subsidiar ações mais direcionadas de inclusão e acessibilidade.

Gráfico 2 – Distribuição dos estudantes com deficiência atendidos no LAII



Fonte: LAII, elaborado pelos autores, 2024.

A interação entre estudantes e monitores revelou-se um elemento central para a mediação do acesso à informação, sobretudo diante das barreiras estruturais e operacionais presentes no cotidiano acadêmico. Nos grupos focais, os participantes destacaram obstáculos como a precariedade das rampas de acesso, a ausência de sinalização adequada e a falta de treinamento contínuo da equipe. Esses fatores impactam diretamente a autonomia e a permanência dos estudantes com deficiência. Um exemplo ilustrativo, extraído de uma entrevista, evidencia essa realidade: “A primeira vez que fui à biblioteca, fiquei sozinha na sala, sem saber mexer. Não houve um auxílio em tempo integral naquele momento. Eu tentei fazer minha tarefa sozinha, mas não deu certo, e daí não voltei mais” (Medina, 2025, p. 121).

A análise dessa fala demonstra como a ausência de acompanhamento constante pode levar ao afastamento do estudante do espaço acadêmico. Ao mesmo tempo, reforça o papel estratégico dos monitores na promoção da inclusão, já que, segundo os relatos, muitas ações inclusivas somente se concretizam por meio de sua atuação direta. Entretanto, essa dependência também expõe a fragilidade da política, uma vez que a permanência e a capacitação dos monitores ainda não estão asseguradas por uma sistematização institucional.

Esse panorama demonstra que o LAII tem um papel relevante, mas ainda restrito, diante da ampla demanda existente. A ausência de estudantes com deficiência auditiva, intelectual ou com transtornos do neurodesenvolvimento entre os usuários regulares sugere

uma limitação na abrangência dos serviços e na diversidade das tecnologias assistivas ofertadas. Para que o LAI cumpra sua função de promover a inclusão informacional, torna-se imprescindível repensar suas estratégias de atuação, investir na ampliação de recursos, diversificar os suportes e intensificar a articulação com os demais setores da universidade. Somente com uma abordagem interseccional e proativa será possível garantir que todos os estudantes com deficiência tenham acesso efetivo à informação e possam usufruir em igualdade de condições do direito à educação superior.

Essa constatação foi reforçada nos relatos de um dos participantes, que apontou a ausência de recursos acessíveis e, sobretudo, de orientações para seu uso adequado. Um exemplo emblemático está no depoimento: “Eu sei que existe um leitor de texto, mas ninguém me ensinou a usar, e mesmo no meu tablet não sei usar, não aprendi” (Medina, 2025, p. 126).

A análise dessa fala revela que a mera disponibilização de tecnologias assistivas não garante, por si só, a inclusão. Sem o devido acompanhamento e capacitação, esses recursos permanecem subutilizados, perpetuando barreiras de acesso à informação. Além disso, o depoimento evidencia um processo de exclusão que não se restringe ao acesso físico ao espaço, mas se estende ao campo simbólico e informacional, limitando a autonomia do estudante. Diante dessa realidade, torna-se imprescindível investir na capacitação da equipe, na diversificação e atualização tecnológica, e na implementação de políticas de sensibilização que alcancem toda a comunidade acadêmica, de modo a transformar o potencial dos recursos em efetivas oportunidades de inclusão.

Nesse contexto, a consolidação de uma política institucional de acessibilidade informacional não pode se limitar à oferta de ferramentas ou à existência física de um laboratório, mas deve ser compreendida como parte da estruturação de regimes de informação democráticos. Tais regimes reconhecem a diversidade de sujeitos, promovem a equidade no acesso e asseguram condições materiais e simbólicas para a plena participação dos estudantes com deficiência nos processos formativos e decisórios da universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que o direito à informação, embora formalmente reconhecido como dimensão essencial da cidadania e da inclusão social, ainda enfrenta barreiras significativas no contexto universitário público brasileiro. No caso da UFES, verificou-

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

se que, apesar da existência do LAll e de avanços institucionais, a efetividade das ações permanece restrita em alcance, diversidade e impacto.

Os dados revelaram que, dos 522 estudantes com deficiência matriculados na UFES em 2024, apenas 8 utilizavam regularmente o LAll, com predominância de estudantes com deficiência visual. Essa baixa adesão, associada à concentração de recursos em um único perfil, indica lacunas na divulgação, na articulação intersetorial e na adequação das tecnologias assistivas às diferentes necessidades, excluindo na prática os estudantes com deficiência auditiva, intelectual ou neurodivergências.

- A partir das contribuições dos grupos focais, constatou-se que a acessibilidade informacional só poderá ser efetiva se for tratada como política estruturante e contínua, que vá além do fornecimento pontual de equipamentos. Entre as principais ações sugeridas destacam-se:
- Aprimorar a comunicação e o acolhimento de ingressantes com deficiência, garantindo informações claras e acessíveis sobre os serviços;
- Ampliar e diversificar as tecnologias assistivas, contemplando todos os perfis de deficiência;
- Investir em capacitação contínua para monitores e equipe técnica, alinhada às especificidades de cada tipo de deficiência e às tecnologias emergentes;
- Instituir protocolos claros de adaptação e entrega de materiais acessíveis, com prazos e responsabilidades definidos;
- Fortalecer a integração do LAll com cursos, coordenações e núcleos de acessibilidade, promovendo ações intersetoriais;
- Criar mecanismos permanentes de escuta e avaliação participativa, envolvendo ativamente os estudantes no aprimoramento do serviço.

Essas medidas estão diretamente relacionadas às fragilidades identificadas pela pesquisa e constituem passos estratégicos para transformar a acessibilidade informacional em um direito plenamente exercido. Assim, consolidar um ambiente universitário realmente inclusivo requer o compromisso das universidades públicas com a democracia informacional, integrando tecnologia, escuta ativa, participação e justiça social como eixos centrais das políticas institucionais. Apenas por meio de ações interseccionais, colaborativas e sustentáveis será possível garantir que a diversidade não apenas seja reconhecida, mas efetivamente valorizada como fundamento de um projeto acadêmico democrático.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, Carlos Victor Leal; AQUINO, Cassio Adriano Braz de; SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. Aceleração, tempo social e cultura do consumo: notas sobre as (im)possibilidades no campo das experiências humanas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 365-376, abr./jun. 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395177662>. Acesso em: 15 maio 2025

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação e lutas de classes: reconstrução de um conceito à luz da crítica da economia política. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 10, n. 1/3, p. 1-14, 2023. Disponível em: DOI:10.28998/cirev.2023v10q Acesso em: 15 maio 2025

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 [...] e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2016.

BRUGNERA, Elisângela Dias; DIAS, Maria Angélica Dornelles; DIAS, Adriano Valter Dornelles; ALMEIDA, Alexandra Tomaz de Souza; MACHADO, João Carlos. Desafios da acessibilidade no ensino superior: limites e perspectivas para a inclusão de estudantes com deficiência. **Revista Missioneira**, Santo Ângelo, v. 27, n. 2, p. 1–15, maio 2025. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.46550/m9w3r233>. Acesso em: 15 maio 2025

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NASCIMENTO, Ricardo Augusto Lins do. Política de acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84848, 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684848>. Acesso em: 15 maio 2025

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148–207, jan./abr. 2007. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012>.

DIAS, M. A. de M. B.; UTZIG, S. M.; LOPES, M. O. da S.; BILHALBA, L. G.; CASTRO, C. J. de; BALK, R. de S.; PESSANO, E. F. C. Perspectivas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro de estudantes com deficiência: uma revisão integrativa da literatura. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**. v. 16, n. 3, p. e3788, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n3-121. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/3788>. Acesso em: 15 maio 2025

FERREIRA, R. L. M.; FERREIRA, N. L. M.; MARTINS, I. C.; GIMENEZ, R. Acessibilidade em bibliotecas universitárias: proposição de uma política institucional para o SISTEBIB/UFAM.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Vivências, [s. l.], v. 21, n. 42, p. 99–114, 2025. DOI: 10.31512/vivencias.v21i42.957. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/957>. Acesso em: 20 maio 2025.

MEDINA, Fábio Massanti. **A tecnologia assistiva como política pública de educação inclusiva**: a produção de informações adaptadas e acessíveis no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB/UFES). 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/19393>. Acesso em: 15 maio 2025

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

RIGHETTO, Guilherme Goulart. Competência crítica em informação às pessoas com deficiência: concatenações necessárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação** (RDBCI), Campinas, SP, v. 23, e025014, 2025. Disponível em: DOI:<https://doi.org/10.20396/rdbci.v23i00.8678390> Acesso em: 15 maio 2025

SANTOS, Ana Paula Lima dos. Política de informação e acessibilidade nas bibliotecas universitárias. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2024, Recife. **Anais** [...]. Recife: FEBAB, 2024. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3238>. Acesso em: 18 maio 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal [...]. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, Edvanio Duarte; SANTOS, Raquel do Rosário; SILVA, Jéssica Pereira da. Triangulação na pesquisa qualitativa: possibilidades metodológicas para o fortalecimento do rigor científico. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 18, p. 468–488, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018> Acesso em: 15 maio 2025

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.